

ENSINO SUPLETIVO PELA TV: UM POTENCIAL MAL APROVEITADO

Alfredo Dias d'Almeida

Jornalista, pós-graduando na FFLCH/USP

Este trabalho faz parte de uma pesquisa realizada em 1986 sobre "O Ensino Supletivo em São Paulo: entre ricas experiências e pobres resultados", coordenada por Elba de Sá Barreto, com a participação de Sueli Cotrim Tenca, e patrocinada pela Fundação Carlos Chagas e FINEP.

RESUMO

Os meios de comunicação de massa oferecem inegáveis vantagens se utilizados para fins educativos. Através deles se pode atingir um grande contingente populacional com cursos de elevado nível técnico e didático, elaborados por um número reduzido de especialistas. Mas boas propostas e alta tecnologia, por si só, não garantem um ótimo aprendizado. Entre outras coisas, deve-se levar em conta a necessidade de uma interação do aluno com seus colegas e os professores, as diferentes carências pedagógicas de cada grupo de aluno, assim como seu horário disponível para estudar. Este artigo procura desnudar as contradições entre o discurso e a prática de dois cursos supletivos, veiculados pela televisão brasileira entre 1978 e 1984.

SUMMARY

The mass media offers undeniable advantages if used for educational purposes. Through mass media it is possible to reach a vast contingent of the population with resources of high technical and didactic levels, elaborated by a reduced number of specialists. However, good proposals and high technology, by themselves, do not guarantee good learning. Among other things, we should take into account the necessity of an interaction between students and classmates, and between students and teachers. We should also consider not only the different educational necessities concerning each group of students, but also the group's availability to study. This article aims to clarify the contradictions between the aims and the practical results of two suppletive courses, broadcasted by the Brazilian TV between 1978 and 1984.

O ensino supletivo tem se mostrado, nestes últimos anos, um terreno fértil para experimentações de novas técnicas educacionais. Tudo já foi tentado e testado, sem que soluções definitivas surgissem. Há, claro, exceções, mas a falta de continuidade e de análises mais profundas das experiências bem sucedidas faz com que elas se percam, o que acaba gerando um eterno recommençar.

A utilização de modernos meios de comunicação – rádio, TV e jornais – com fins educacionais (teleducação) pode ser caracterizada como uma dessas experiências que tudo tinham para dar certo, mas cujos resultados muito deixaram a desejar. Entre as vantagens do uso dos meios de comunicação para o ensino – principalmente em nível de suplência – costuma-se apontar o fato de se poder atingir um número elevado de pessoas a um custo extremamente baixo, já que a teleducação não necessita de instalações especiais e nem de um grande número de professores. Haveria também uma vantagem qualitativa, “pois permite a escolha de melhores especialistas, em cada área do conhecimento, para a produção de programas e materiais didáticos, com um poder ilimitado de multiplicação” (Tecnologia Educacional, 1981).

As possibilidades teóricas são amplas. A teleducação se mostra uma maneira rápida, efetiva e economicamente rentável para resolver os problemas da educação. Mas, na prática, como será que isto ocorre? Esta é a questão que tentaremos responder através deste pequeno estudo. Face à exiguidade de tempo e à falta de ampla bibliografia sobre o assunto, ater-nos-emos a uma análise da teleducação restrita a dois meios de comunicação – a TV e o jornal.

Não pretendemos esgotar o assunto, mas apenas oferecer subsídios para futuros estudos. Nesse trajeto pretendemos desnudar as contradições existentes entre o discurso e a prática do ensino pela TV.

O ENSINO SUPLETIVO VIA TV

O pioneirismo em implantar o ensino supletivo via TV coube à FPA – Fundação Padre Anchieta (TV Cultura, de São Paulo) que, em 1969, lançou o projeto “Madureza Ginásial”, em convênio com a Editora Abril, responsável pela publicação do material de apoio. A primeira transmissão atingiu cerca de 20 mil estudantes, a maioria na faixa etária entre 16 e 25 anos, dos quais cinco mil foram aprovados em exames realizados pela Secretaria Estadual de Educação (Brasil, 1979, p. 22). A partir de 1971, o “Madureza Ginásial” passou a ser transmitido pelas TVs educativas de outros estados.

Na cidade de São Paulo, foram instalados, na época, cerca de 250 telepostos, locais em que os estudantes se reuniam para assistir ao programa sob a orientação de monitores – professores municipais – treinados pela Fundação. Os telepostos eram mantidos pela Prefeitura, instituições privadas e pela própria Padre Anchieta. Em 1974, por ser considerado ultrapassado, o Madureza Ginásial foi tirado do ar e, nos três anos seguintes, em São Paulo, nada foi realizado para tomar seu lugar. Somente em 1977, com o início das atividades da Fundação Roberto Marinho – FRM (ligada à Rede Globo de Rádio e Televisão) e a assinatura de convênio entre esta e a Fundação Padre

Anchieta, um novo projeto foi elaborado: o Telecurso 2º Grau. Feito sem qualquer participação do governo federal, o Telecurso foi levado ao ar pela primeira vez no início de 1978. O projeto foi enviado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) para aprovação, mas não encontrou apoio pois o 2º grau não era considerado prioritário. O material gráfico era editado pela Rio Gráfica Educação e Cultura que, entre 1981 e 1982, acabou sendo absorvida pela FRM.

Em 1979, a FRM enviou ao MEC, para aprovação e financiamento, o projeto Supletivo Primeiro Grau – SPG. Somente em meados do ano seguinte o Ministério deu parecer favorável. Para que o SPG fosse produzido, assinou-se convênio entre a FRM, o MEC e a Universidade de Brasília (UnB). Em março de 1981, o SPG foi levado ao ar pela primeira vez.

Em 1984, a Fundação Roberto Marinho reestruturou o Telecurso 2º Grau, desta vez em convênio com a Fundação Bradesco. O novo Telecurso 2º Grau substituiu o antigo somente a partir de março de 1985.

O TELECURSO SEGUNDO GRAU

O Telecurso 2º Grau foi lançado pela primeira vez em São Paulo em janeiro em 1978, “em caráter de experiência-piloto” (Fundação Roberto Marinho, s. d.). Em abril do mesmo ano o programa atingia o Distrito Federal, em maio, o Rio de Janeiro e, em julho, o restante do Brasil. Em agosto, valendo-se da estrutura do projeto Minerva, o programa é adaptado para o rádio. De acordo com a FRM, optou-se pelo 2º grau por não ser o segmento mais crítico do sistema escolar brasileiro. Ademais, “do ponto de vista comercial, como primeira iniciativa, o 2º grau oferecia riscos menores” (Fundação Roberto Marinho, 1978, p. 18). O mesmo texto afirmava também que “os desacertos eventuais seriam menos nocivos à clientela, e poderiam ser corrigidos com mais facilidade”. O que os documentos não explicam é que tipo de riscos comerciais poderiam ser evitados, nem o que significa ser “menos nocivo à clientela”.

Quanto aos objetivos, o Telecurso apresenta-se como “uma sistematização de ensino, destinada à clientela que, maior de 21 anos e não tendo seguido ensino regular de 2º grau, deseja preparar-se para os correspondentes exames supletivos oficiais” (Fundação Roberto Marinho, s.d., p. 10). Pelo fato de se utilizar de meios de comunicação de massa – em especial a televisão – este programa não ficava restrito à função de suplência, funcionando “informalmente também como suprimento, proporcionando ao público em geral oportunidades de reciclagem de conhecimentos e atualização de informações” (p. 12).

Para atingir tal objetivo, os conteúdos curriculares foram determinados após levantamento e análise dos programas oficiais de supletivo de 2º grau em seis estados – São Paulo, Pará, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul – e Distrito Federal, definidos como os mais “representativos das várias regiões brasileiras”, e “de maior população potencial para os exames supletivos” (Praxedes, 1984, p. 322). Desse estudo comparativo re-

sultou a fixação dos conteúdos a serem veiculados pelo Telecurso¹.

A partir disso, professores contratados pela FRM/FPA elaboraram textos básicos que a equipe de produção de TV readaptava para a linguagem televisiva. Estes textos também serviam de orientação para o programa de rádio elaborado pelo pessoal do Serviço de Radiodifusão do MEC e para a publicação em fascículos (quinzenais).

O curso tem duração de um ano e meio, dividido em três fases de seis meses com três disciplinas cada uma. Em São Paulo, os programas eram transmitidos, a princípio às 7 horas da manhã, de segunda a sexta-feira, pela TV Globo, com reprise aos sábados às 9:30 horas. Tais horários contrariavam pesquisa realizada pela própria FRM, em 1977 na Grande São Paulo, na qual o horário noturno obteve 51% das preferências dos entrevistados e o da manhã, 30,5% (Fundação Roberto Marinho, 1978). Posteriormente, a TV Globo alterou os horários, passando a apresentar o Telecurso 2º Grau e o Supletivo Primeiro Grau a partir das 6:45 horas de segunda a sexta-feira e às 7 horas aos sábados. Como é sabido, em TVs comerciais a prioridade sempre recai sobre a programação comercial. A TV Cultura, em contrapartida, oferecia o programa em três horários alternativos durante todo o dia.

Com relação à recepção, afirmava-se que o aproveitamento do aluno será melhor, "na medida em que ele não estiver isolado do grupo de companheiros que, junto com ele, estão fazendo o mesmo curso". Acrescentava-se que um curso através da televisão "correria o risco de fracassar se contasse apenas com o aluno individual" (Fundação Roberto Marinho, 1978, p. 22). Para solucionar este problema foi proposta a criação de Centros de Recepção Organizada (CROs), definidos como "núcleo programado de pessoas que se reúnem num local determinado, sob orientação de um monitor, para acompanhar programas instrutivos transmitidos por uma emissora de TV, de rádio, ou mesmo por projeção cinematográfica" (p. 22). A Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta sugerem que os Fundos de Participação dos Municípios poderiam servir de fonte financeira para instalação dos CROs (p. 23) em nível público. No setor privado, as próprias empresas interessadas arcaíam com os custos. Já os monitores – "elemento de ligação entre as instituições que estão promovendo o curso" (p. 80) – seriam treinados pela FRM e FPA.

Quanto aos fascículos, considerados instrumentos fundamentais para o acompanhamento do Telecurso, pois estão "sempre à disposição do aluno, mesmo depois que as aulas da TV ficaram para trás" (Fundação Roberto Marinho, s. d. a), eram distribuídos em 13.400 pontos de venda. A princípio o curso era dividido em 69 fascículos, que mais tarde foram transformados em livros, um para cada disciplina. Não há informações disponíveis sobre a tiragem total, tanto dos fascículos, quanto dos livros.

A FRM e a FPA não realizaram nenhum tipo de pesquisa para avaliação dos resultados do Telecurso². Documento publicado pela FRM (s. d. a) para atestar o "sucesso" da iniciativa cita pesquisas realizadas pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo, entre 1979 e 1982, onde se afirma que o Telecurso fora "o meio mais utilizado como veículo de preparação pelos candidatos

aos exames supletivos" promovidos pelas diversas secretarias de educação e que "os alunos assim preparados apresentaram índices de aprovação bastante satisfatórios". Neste mesmo documento, a FRM afirma ainda, sem citar fontes, que em sua primeira emissão, em 1978, o Telecurso preparou cerca de 43.000 alunos de suplência – 17.000, somente na Grande São Paulo – além de outras 457.000 pessoas identificadas como "alunos-suprimento". Contraditoriamente, porém, a FRM cita estudos realizados pelo Banco Mundial e divulgados no início de 1980 em que se afirma que o Telecurso mobilizou, em cada fase e apenas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, cerca de 675.000 alunos. No que diz respeito a todo o Brasil, o Banco Mundial estimava a audiência em 3 milhões de pessoas e, por isso, sugeria a expansão de programas do gênero.

Todos estes números parecem exagerados quando comparados a um estudo realizado por Díaz Bordenave, pesquisador da UNESCO, em 1981. Neste estudo o autor afirma que "a totalidade dos múltiplos serviços de educação não-formal à distância oferecidos no Brasil agrupa um alunado de apenas 90 mil estudantes. Se considerarmos que a população analfabeta do país alcança 23 milhões de adultos, temos que os sistemas brasileiros de educação não-formal à distância só atingem 0,39% de sua população-alvo" (*apud* Kaplun, 1983, p. 14).

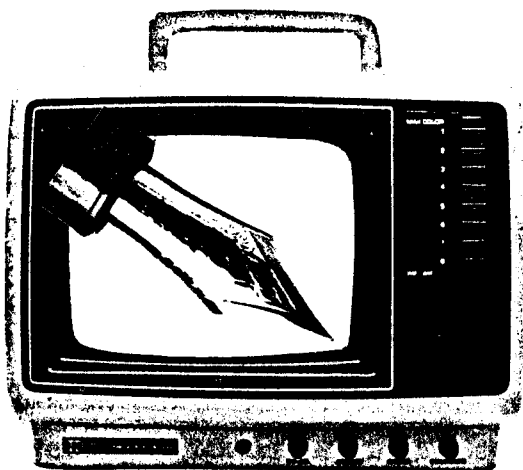
SUPLETIVO PRIMEIRO GRAU – SPG

O "sucesso" (sic) do Telecurso 2º Grau demonstrado pelas pesquisas realizadas pela Fundação Carlos Chagas, segundo interpretação da FRM, a leva, em 1979, a elaborar o Projeto do Telecurso 1º Grau – ou Projeto SPG – e a implantar um núcleo educacional próprio. A Fundação Padre Anchieta, por razões não explicitadas, fica fora do projeto. O *know-how* desta, em matéria de teleeducação, pelo menos, já fora apropriado pela FRM.

O Projeto SPG é enviado, em abril de 1979, ao MEC para solicitação de apoio "técnico e financeiro". Previa-se investimentos da ordem de Cr\$ 366 milhões, quando, no mesmo ano, o orçamento da Subsecretaria de

1 Em 1984 o Telecurso 2º Grau foi reestruturado, passando a adotar as mesmas propostas pedagógicas do Projeto Supletivo Primeiro Grau – SPG. O Novo Telecurso 2º Grau, como passou a ser denominado, foi realizado a partir de convênio da FRM com a Fundação Bradesco.

2 Na verdade, no segundo semestre de 1978, a TV Globo e a Fundação Roberto Marinho encomendaram à RENOVA – Relações Educacionais S/C Ltda. – uma pesquisa de resultado em nível qualitativo do Telecurso 2º Grau, a partir de entrevistas com uma amostra do universo de teleeducandos em recepção livre. Tal pesquisa, entregue à FRM em fevereiro de 1979, apresenta, ao final, algumas críticas a nível funcional – horário inadequado de veiculação das aulas pela TV, pouca duração das aulas; falta de equilíbrio entre a quantidade de informações com a forma de comunicação; linguagem inadequada à clientela; falta de exercícios nos fascículos para serem feitos em casa. Levanta ainda algumas questões estruturais – dúvidas quanto à eficácia da metodologia específica utilizada em cada disciplina e à forma como são ministradas as aulas em TV (RENOVA, 1979). Como veremos, pouca coisa desta pesquisa foi aproveitada pela FRM quando da elaboração do Projeto SPG – Supletivo Primeiro Grau.



Ensino Supletivo (SES) do MEC era de Cr\$ 175 milhões. Em julho, o projeto é aprovado depois de ter seu orçamento cortado para Cr\$ 250 milhões. O repasse da verba para a FRM só fica definido em acordo assinado em junho do ano seguinte. Para se ter uma idéia do montante de dinheiro a ser repassado, basta lembrar que, em junho de 1980, o dólar estava cotado em Cr\$ 52,315, o que nos dá um total de 4,8 milhões de dólares. Em fevereiro de 1982 (dólar cotado a Cr\$ 139,05), o MEC aprova o repasse de mais Cr\$ 320 milhões, ou 2,3 milhões de dólares (Brasil, 1983, p. 12-5).

Devidamente aprovado pelo MEC/SES, o SPG foi levado ao ar pela primeira vez em março de 1981, por uma cadeia de 59 emissoras de TV e 900 emissoras de rádio (substituindo o Projeto Minerva). Ainda em 1980, a FRM assina convênio com a Fundação Universidade de Brasília, em que esta última se responsabiliza pela avaliação permanente do SPG, tanto do material produzido, quanto dos resultados. A elaboração dos cursos, produção dos programas de TV e impressão e distribuição dos fascículos, bem como a campanha publicitária, ficaram afetas à FRM.

O Projeto SPG apresenta como justificativa o fato de se caracterizar como alternativa para "recuperar o saldo negativo criado pela oferta insuficiente ou pela evasão" do ensino de 1º grau (Brasil, s. d.). O objetivo seria o de "levar o adulto, já portador de considerável bagagem adquirida na escola do trabalho e da vida, a sistematizar aptidões e conhecimentos estabelecidos no currículo oficial como 'um mínimo a exigir de qualquer pessoa que se pretende educar a nível de 1º grau' (Parecer 853/71)" (Fundação Roberto Marinho, s. d.).

Nesta medida, estranha-se o fato de que a FRM faz questão de frisar que "não se trata de uma programação preparatória para os exames, ou de um curso que se destina a expedir diplomas", mas, sim, de "um processo educativo que pretende capacitar seus estudantes a enfrentar novas etapas de estudo, o que inclui até mesmo a prestação de exames, a aprovação e obtenção de certificado". Seria, então, o SPG destinado mais ao suprimento, do que à suplência? A resposta não é dada.

As contradições não param por aí. Ao definir sua clientela prioritária, o Projeto SPG afirma que o curso destina-se a "pessoas entre 15 e 19 anos de idade que fize-

ram 4 anos da escola regular, demonstrando, portanto, defasagem idade/série, e de 20 a 29 anos, que fizeram de 4 a 7 anos sem chegar à conclusão do 1º Grau. Essa clientela é estimada em cerca de 4.000.000 de pessoas, de relativo poder aquisitivo, predominantemente urbana, que tem acesso aos produtos dos meios de comunicação social – rádio e televisão". No mesmo documento afirma-se que os destinatários do curso são, prioritariamente, "os contingentes evadidos da escola regular de 1º grau, ou que a ela não tiveram acesso. Em sua maioria (...) assalariados de baixa renda e subempregados. Estão na periferia das áreas metropolitanas, nas cidades de pequeno e médio porte e nas zonas rurais" (p. 17).

Quanto à intenção de, já na primeira emissão completa (com duração de um ano e meio), atingir uma clientela de 800 mil estudantes (p. 6), parece que não pôde concretizar-se. Segundo o Relatório SPG (Brasil, 1983, p. 45), a primeira tiragem do Jornal do Telecurso (fascículo com as aulas) – considerado o elemento mais importante do tripé TV/jornal/rádio – prevista para 800 mil exemplares, foi de 300 mil, "tendo em vista a não absorção do curso pelos sistemas de ensino" (p. 45). Em recepção organizada – através de radiopostos, telepostos e centros controladores –, a única que pode ser quantificada com precisão, o total de clientes registrados foi de 47.937, sendo 80% em radiopostos (p. 47).

Estes dados não impediram a FRM de afirmar que a audiência estimada para o SPG via TV era de 1,6 milhão de pessoas (p. 45), como sempre sem citar a fonte para tal estimativa.

Quanto aos tipos de recepção, estavam previstos três: a recepção livre, a recepção controlada efetuada pelos Centros de Ensino Supletivo (CESs) e a recepção organizada, nos CROs. Cabe ressaltar que, ao final da primeira emissão, apenas três do total de 80 CESs existentes ofereciam o SPG como uma alternativa de ensino para a clientela (p. 52). Os CROs apresentavam-se em maior número: 840 radiopostos (290 só em São Paulo, posteriormente desativados) e 79 telepostos (p. 47). A partir de 1982, previa-se a utilização do SPG também através de circuito fechado em Núcleos Avançados de Centros de Ensino Supletivo – NACES (Rede Globo, 1983). Não fica claro se os monitores encarregados dos CROs e dos NACES seriam treinados pela Fundação Roberto Marinho ou pelas Secretarias de Educação (Brasília, s. d.).

Para preparar o SPG, a FRM utilizou 15 professores contratados para os cursos específicos – especialistas nas 6 matérias do 1º grau –, 5 professores permanentes do núcleo de educação e cerca de 10 profissionais da linha editorial, além do pessoal do núcleo de produção. Esta equipe, de janeiro de 1981 a junho de 1982, escreveu, reescreveu e supervisionou cerca de 460 aulas, para aprovação dos 360 programas que compõem a emissão total do curso. Desta vez, diferentemente do que aconteceu na elaboração do Telecurso 2º Grau, a equipe de produção de TV e os professores trabalharam conjuntamente para a elaboração dos programas de TV. O programa para o rádio obedecia a outra sistemática: o texto base era entregue à equipe do Projeto Minerva que fazia a produção com assessoria dos professores do MEC.

Enquanto proposta pedagógica, os programas de TV apresentavam inovações metodológicas e estruturais. "Em lugar do ensino cumulativo de informações, repetidas até serem decoradas, preparou-se uma proposta de formação fundamental, que vem a ser, inclusive, o próprio conceito de primeiro grau" (Rede Globo, 1983). A seleção dos conteúdos obedecia "prioritariamente a critério de funcionalidade, ou seja, de atendimento às necessidades e aspirações do público-alvo", merecendo "atenção especial, nessa seleção: a diversidade de quadros regionais brasileiros e de seus problemas e o trabalho tendo em vista a natureza das questões que se prendem a esse campo" (Brasil, s.d.).

Atente-se para o fato de que não há notícia ou referência a qualquer pesquisa prévia para identificar as "necessidades e aspirações do público-alvo". Há referências apenas à intenção de avaliar a aprendizagem dos alunos durante e ao fim do processo, através de provas aplicadas a amostras das clientela dos CROs, assim como avaliar a eficiência dos materiais e dos meios que possibilitam a aprendizagem, através de pesquisas junto a essa mesma clientela (Rede Globo, 1983, p. 10).

Estas avaliações, no entanto, nunca foram efetuadas. O único relatório crítico sobre o SPG foi realizado pela Universidade de Brasília no período entre 1981 e 1982. Neste estudo (Brasil, 1983), procede-se a uma avaliação pormenorizada das aulas via TV e do material impresso, bem como a um levantamento dos problemas em nível de infra-estrutura administrativa do projeto. Ao final, um elenco de sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do SPG é apresentado. Sugestões que acabaram por não ser levadas em conta pelos envolvidos diretamente na consecução do projeto: Fundação Roberto Marinho e MEC.

De acordo com os pesquisadores da Universidade de Brasília, três são os problemas fundamentais detectados que, "se não solucionados, poderão constituir sérios obstáculos para que o SPG atinja os objetivos propostos": a falta de coordenação do SPG, enquanto sistema de multimeios; falta de integração dos órgãos diretamente envolvidos no projeto, MEC e FRM, o que se traduz numa total desarticulação das ações; e falta de um acompanhamento sistemático que permita a identificação de desvios e distorções para implementação de medidas corretivas (p. 34).

Com vistas ao aperfeiçoamento do SPG são sugeridos, entre outras coisas, o desenvolvimento de ações de sensibilização e conscientização da clientela e do pessoal envolvido em todos os escalões; a melhoria dos padrões de serviços em nível de infra-estrutura administrativa. A nível de programação veiculada pela TV, material impresso e rádio, propugna-se o incentivo à produção regional ou local de material didático, independente do SPG, destinado ao suprimento das carências educacionais da população-alvo, não preenchidas pelo caráter nacional da produção. É recomendada ainda a realização de pesquisas de penetração de emissoras de rádio e TV, prévia à instalação de radiopostos e telepostos; veiculação dos programas em horários mais compatíveis com a disponibilidade da clientela; treinamento de recursos humanos capazes de garantir uma estrutura suficiente para o desenvolvimento do projeto; construção de um sistema de captação,

seleção e distribuição de dados sobre o SPG; e substituição do Jornal do Telecurso por um livro com todas as aulas. Esta última sugestão foi aceita e implementada a partir de 1984.

A análise dos conteúdos didáticos dos programas de TV, rádio e material impresso, bem como as sugestões e críticas, não foram levadas em conta pela FRM. Esta, para não dizer que nada fez, colocou na primeira página do livro de cada disciplina o conceito genérico – que lhe foi atribuído: regular, bom e excelente –, de acordo com o meio de comunicação utilizado.

Apesar de tudo, o relatório da Universidade de Brasília conclui afirmando que o SPG é uma "experiência vitoriosa, na medida em que extrapolou os limites das organizações educacionais e penetrou nas empresas e entidades preocupadas com a educação de adultos" (p. 77). Também é ressaltado o fato do SPG manter um "compromisso com a desformalização do ensino" (p. 76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida nenhuma, a teleducação poderia colaborar na resolução de graves problemas do ensino brasileiro. Tanto o rádio quanto a televisão funcionam como difusores de grande alcance, atingindo, hoje, quase a totalidade da população. Porém, o que se percebe em experiências como o Telecurso 2º Grau e o Projeto Supletivo Primeiro Grau é que as potencialidades dos veículos de comunicação, enquanto meios instrucionais, não estão sendo bem exploradas.

Entre os principais problemas detectados nestas experiências, podemos citar o fato de que os objetivos e conteúdos do programa são fixados unilateralmente pelos planejadores sem conhecimento prévio das necessidades dos destinatários. Não houve nenhuma investigação séria e sistemática das características sócio-econômicas e culturais da população-alvo, de seus hábitos lingüísticos, da situação do ensino e do mercado de trabalho etc. Sem estes dados, fica difícil adequar a mensagem às necessidades reais da clientela.

Aliás, com relação ao SPG, José Lyrio de Almeida, diretor do CESU, afirma que não houve consulta alguma, por parte da FRM, quando da realização do projeto, "nem ao CESU, nem aos Conselhos Estaduais de Educação das várias regiões do país" (*apud* Praxedes, 1984). Em vista disso, poucos foram os estados que se dispuseram a adaptar o conteúdo dos seus exames supletivos aos do SPG, gerando distorção entre o conteúdo que era estudado pelos alunos e o que era examinado. Há ainda um agravante: as datas dos exames estaduais coincidem em apenas alguns casos com a data do término de cada fase dos Telecursos.

Cabe ressaltar que, no convênio assinado entre a FRM e o MEC para implantação do SPG, consta ser atribuição das Secretarias de Estado "compatibilizar os cronogramas de exames com o encerramento dos programas-aulas do Projeto", bem como "providenciar para que os exames atendam aos objetivos e conteúdos do SPG". A falta de integração entre os promotores do curso e, principalmente, do MEC com os sistemas de ensino em nível estadual fica patente, pois nada disso se efetivou.

O fato de uma empresa privada – a Rede Globo de Televisão – estar por trás dos projetos deveria ser melhor analisado. Mário Kaplun (1983), por exemplo, afirma em estudo realizado para a UNESCO que a iniciativa privada começou a perceber que a produção de programas educativos pode se constituir não só em uma fonte de prestígio, de aprimoramento de sua imagem social e de fortalecimento de sua penetração ideológica, como também como um excelente negócio, sobretudo quando consegue receber subvenções do Estado. Diz também que no momento em que realizava o estudo era “motivo de intensa polêmica no Brasil a existência do chamado ‘Projeto Global de Teleducação’ elaborado por uma fundação subsidiária à poderosa Rede Globo (a Fundação Roberto Marinho), pelo qual a referida rede assumiria praticamente a totalidade da produção de programas educativos de rádio e televisão destinados a todas as faixas etárias e camadas sociais da população, incluindo o uso do satélite doméstico, e sem nenhum tipo de controle por parte do Ministério da Educação. O projeto que, nas palavras da imprensa, converteria a Globo em ‘um segundo Ministério da Educação’ paralelo ou em um ‘ministério da educação eletrônico’ estava a ponto de concretizar-se, pois havia obtido uma dotação ‘a fundo perdido’ de 2,6 milhões de dólares do BID e outra quantia equivalente do governo brasileiro (Globo..., 1983); e só as denúncias da imprensa fizeram com que a assinatura do convênio fosse suspensa”.

Além disso, uma emissora comercial sofre limitações de horários. A transmissão dos programas acaba ocorrendo em horários não compatíveis com as disponibilidades e interesses da clientela. Numa cidade como São Paulo, por exemplo, a grande maioria dos trabalhadores já saiu para o serviço às seis horas da manhã. Há que se pensar ainda nos trabalhadores por turno de serviço que se vêem impossibilitados de seguir as aulas de TV de maneira sistemática. Waniewicz afirma que se deve repetir os programas pelo menos “uma vez em diferentes dias da semana e em diferentes horas do dia e, sempre que seja possível, em outra longitude de onda. Assim, não só se superarão muitas dificuldades de recepção, mas também um só professor poderá se ocupar de mais de um grupo de participantes. Além disso, muitos alunos teriam oportunidade de escutar ou de ver os programas mais de uma vez” (Waniewicz, 1972).

Chu e Schramm apontam na mesma direção ao afirmarem que uma repetição da exposição a filmes aumenta a aprendizagem significativamente. Na Europa é comum reprisar uma aula radiofônica em horários diferen-

tes, decorrendo uma semana entre a primeira e a segunda transmissão. Apesar de não quantificado, observou-se que os alunos que ouvem as repetições apresentam melhores resultados pedagógicos (Schramm e Chu, 1967). O que se percebe é que, sem a participação efetiva de emissoras de TV e rádio educativas em projetos de teleducação, fica impossível seguir tais recomendações.

Finalmente, tanto o Telecurso Segundo Grau quanto o SPG não dão a suficiente ênfase à recepção organizada ou controlada, reduzindo a eficácia do sistema: “Tendo optado por um sistema de multimeios para atingir o maior número possível de pessoas, o Telecurso 1º Grau é um curso aberto e sua recepção é, em princípio, não controlada” (Fundação Roberto Marinho, s. d.). Colocando a recepção controlada em segundo plano, a FRM impede que haja um fluxo duplo de intercâmbio entre o emissor e a clientela, condição básica para que o processo educativo se efetive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Projeto SPG: telecurso 1º grau*. s.d.
- _____. & UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *SPG – Supletivo Primeiro Grau: relatório de avaliação dos resultados; período 81/82*. Brasília, 1983. mimeo.
- BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social. *Rádio educativo no Brasil: um estudo*. Brasília, IPE, 1976.
- _____. *Treinamento para televisão educativa: um modelo piloto*. Brasília, IPE, 1979.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Documento: dois projetos pioneiros de educação à distância*. s.d.
- _____. *Manual do monitor: telecurso 1º grau*. s.d.a
- _____. *Seis meses de experiência: telecurso 2º grau*. São Paulo, Rio Gráfica Educação e Cultura, 1978.
- GLOBO poderá monopolizar a teleducação. *Folha de São Paulo*. 17/04/83. p.10.
- KAPLUN, M. *Hacia nuevas estrategias de comunicación en la educación de adultos*. Santiago, UNESCO, 1983.
- PRAXEDES, L. *A Problemática dos cursos de suplência no estado de São Paulo*. São Paulo, Loyola, 1984.
- REDE GLOBO. *Boletim de programação 536: telecurso 1º grau; telecurso 2º grau*. Rio de Janeiro, 16-22 abr. 1983.
- RENOV (Relações Educacionais S/C Ltda.). *Relações educacionais e do trabalho: telecurso 2º grau; pesquisa de resultados em nível qualitativo*. s.l. fev. 1979. mimeo.
- SCHRAMM, W. & CHU, L. *Learning from television*. Stanford, Institute of Communication Research, 1967, mimeo – apud Brasil, 1976.
- TECNOLOGIA EDUCACIONAL. 10(38) jan./fev. 1983.
- WANIEWICZ, I. *La radiocomunicación al servicio de la educación de adultos*. Paris, UNESCO, 1972. Apud Brasil, 1976.

